

Conimbricenses “saíram do sofá” e discutiram propostas para o Orçamento Participativo Portugal

 acabra.pt/index.php/2017/02/10/conimbricenses-sairam-do-sofa-discutiram-propostas-orcamento-participativo-portugal/

10/02/2017

No Teatro da Cerca de São Bernardo as propostas vieram de cidadãos organizados em movimentos políticos, de investigadores da Universidade de Coimbra e de municípios interessados na democracia participativa. Por Isabel Simões

Do orçamento da Câmara Municipal de Coimbra (CMC) para 2017 não consta nenhuma verba atribuída a um projeto escolhido pelos habitantes da cidade. No entanto, ontem, dia 9, a autarquia disponibilizou as instalações do Teatro da Cerca de São Bernardo (TCSB) para a realização da sessão do Orçamento Participativo Portugal (OPP), uma iniciativa do Governo da República que vai permitir aos portugueses escolher onde investir verbas de orçamentos públicos. A vice-presidente da CMC, Rosa Reis Marques foi a representante do Município no evento de ontem.

No início da sessão, a edil considerou a iniciativa “relevante para o reforço da democracia” porque aproxima “os cidadãos da política” e permite discutir “o uso dos dinheiros públicos”.

O Governo de António Costa disponibilizou três milhões de euros do Orçamento do Estado de 2017 para propostas de OPP. Até 21 de abril decorre a primeira fase de discussão e elaboração de propostas e estão previstos cerca de 60 encontros com as populações.

A secretária de estado adjunta e da modernização administrativa, Graça Fonseca, tem percorrido o país desde 9 de janeiro e desafia as pessoas “a sair do sofá” e a pensarem em propostas para o país e para as suas regiões. Nesta primeira edição vão ser contempladas com financiamento propostas escolhidas nas áreas da cultura, ciência, educação, agricultura e educação de adultos. Ao longo do tempo as propostas são registadas no site do OPP para que cada português possa votar de 1 de junho até 15 de setembro no OPP da sua preferência. A votação pode ser feita por ‘SMS’ gratuito ou no portal na ‘internet’, afirma Graça Fonseca. Cada cidadão tem direito a votar em duas propostas: uma de âmbito regional e uma de âmbito nacional.

Coimbra é uma zona onde “as pessoas pedem muito democracia participativa”. No entanto, dos 118 Orçamentos Participativos do País, “a zona centro é das que menos tem”, disse Giovanni Allegretti, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). O CES é parceiro do Governo da República na iniciativa OPP. O investigador que coordena o projeto internacional “EMPATIA.Enabling Multichannel PARTICipation Through ICT Adaptations”, financiado pelo programa “Horizonte 2020” participou na organização do evento de ontem. Das 32 propostas, 12 foram apresentadas no TCSB pelos proponentes. De acordo com o investigador, alguns exemplos são os programas de incentivo de compra de produtos hortícolas como fruta e legumes aos produtores locais para consumo nas cantinas das instituições de ensino, cursos de formação para consciencializar a população dos Baldios para que passem a ser geridos pelas populações locais e propostas de sustentabilidade energética”.

Existem já municípios com “muita experiência e sensibilidade para os processos participativos” na opinião de Giovanni Allegretti. O investigador do CES deu como exemplo a existência da Rede de Autarquias Participativas coordenada por Cascais, Valongo e Ponta Delgada e na Região Centro, Lousã e Condeixa.

Giovanni Allegretti congratula-se com o acolhimento do encontro do Orçamento Participativo Portugal pela CMC. Revela que da sua investigação não resulta uma correlação directa entre “cor política” e o envolvimento das populações em Orçamentos Participativos. Tem “muito mais que ver com a personalidade dos autarcas”, disse. Na sua opinião “há autarcas que ainda pensam que os processos participativos fazem perder tempo”.

Desde 1998 que o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra coordena Orçamentos Participativos em todo o mundo. O investigador do CES a partir da próxima segunda-feira vai estar na Suécia em reuniões políticas a apresentar a experiência portuguesa. Já os suecos querem tornar Estocolmo e Gotemburgo cidades de Orçamento Participativo.